



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PARECER COJUR 22/2026

Senhor Diretor da Coordenadoria Jurídica,

I

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Gestão Administrativa – S e c G A 24291524, examina-se **minuta de edital de pregão eletrônico (24429277) e de contrato (24434561)** que têm por objeto a **contratação de Serviço de Consultoria PostgreSQL, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)**, conforme especificações constantes do **Termo de Referência 24409275 e seus Anexos**.

II

No que se refere ao **Planejamento da Contratação**, constam dos autos o **Documento de Formalização da Demanda - DFD (23628261)**, a **Designação da Equipe de Planejamento (23444433)**, o **Estudo Técnico Preliminar - ETP (24409272)**, o **Mapa Comparativo de Preços (23869441)** e o **Mapa de Riscos (23869463)**, os quais, analisados em conjunto com o supracitado **Termo de Referência (24409275)**, contêm a indicação das justificativas para a aquisição, dos requisitos do objeto, da metodologia de cálculo para estimativa do quantitativo a ser adquirido, de gerenciamento de riscos e de outros elementos inerentes à contratação. Registra-se que a elaboração desses artefatos está em consonância com a Resolução 468, de 15/07/2022 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, editada para disciplinar regras e orientações nas contratações de bens e serviços de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021.

A Divisão de Compras – Dicom informou, no Despacho 24291290, que *"foi realizada pela Unidade requisitante, pesquisa de preços junto a empresas do ramo 23491566, 23491572, 23491582, 23491604, 23491616 e 23491630, bem como pesquisa a preços públicos 23491523, visando atender ao disposto na [IN 65/2021](#) e orientação do TCU, expressa em seu Acórdão 1.455/Plenário (9725892), após análise crítica dos preços e julgamento conclusivo efetuado pela Sesud/Secin 24118260"*.

A respeito do tema, a unidade demandante, Seção de Suporte Administrativo da Secretaria de Tecnologia da Informação – Sesud/Secin, indicou, na Informação Conclusiva 24118260, os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, a metodologia adotada e explicitou a análise crítica realizada para definição do valor estimado da contratação.

O valor total estimado para a contratação é de , conforme item 21 - Estimativa do Valor da Contratação, componente do TR 24409275.

Verifica-se que a unidade demandante utilizou, como **fontes de**

pesquisa, contratações similares feitas pela Administração Pública, bem como a pesquisa direta com fornecedores. Também foi utilizado como parâmetro de pesquisa a **média de preços**. Essa escolha foi devidamente justificada pela área técnica, conforme os termos constantes do item 3 - "Método para obtenção do preço estimado" da Informação Conclusiva (24118260). Vejamos:

*Procedeu-se inicialmente a uma análise crítica dos preços, com a exclusão de valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivos, em conformidade com o **Entendimento 12 (p. 270) da Nota Técnica AudTI/TCU n. 8/2023**. Na sequência, adotou-se como metodologia de cálculo a **média** dos preços válidos, uma vez que o coeficiente de variação apurado ficou abaixo de 25%, conforme orienta o **Manual de Orientação de Pesquisa de Preços (2021) do Superior Tribunal de Justiça - STJ**.*

A utilização da média mostra-se, portanto, a metodologia mais adequada. Esse critério assegura maior equilíbrio na estimativa e preserva a relação entre economicidade e qualidade.

*Ressalte-se, que no **Contrato n. 40/2019 (9183787)**, o valor pago pelo TRF1 para os serviços de consultoria PostgreSQL foi inicialmente de , evoluindo para no **Termo Aditivo n. 4 (18283088)**.*

A utilização do critério média além de refletir os preços praticados no mercado, não implica ofensa à Lei de Licitações, aos princípios gerais da Administração Pública e está em conformidade com o disposto no art. 6º da IN n. 65/2021. **Os valores apresentados são exequíveis, estando de acordo com os preços praticados no mercado e no âmbito da Administração, quanto à compatibilidade e contemporaneidade.** (Destacou-se).

Diante do exposto, registra-se que a **pesquisa de preços** está em conformidade com o previsto nos arts. 5º e 6º da [IN/Seges/ME 65, de 7 de julho de 2021](#), editada para disciplinar as normas referentes à pesquisas de preços em procedimentos licitatórios regidos pela [Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/2021](#).

A Divisão de Operação de Centros de Dados - Diope **confirmou, no Despacho 24296202, a previsão/disponibilidade orçamentária para sustentar a despesa, bem como informou a RDO vinculada.**

No que tange ao **termo de referência** (24409275), destacam-se os seguintes aspectos:

a) quanto ao objeto da contratação, observa-se, por inferência, que não houve incidência de nenhuma das vedações constantes dos art. 3º a 5º da [IN/SGD/ME 94, de 23 de dezembro de 2022](#), editada para disciplinar o processo de contratação, realizado sob a égide da Lei 14.133/2021, de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. Constam ainda **justificativas detalhadas** para a contratação dos serviços, destacando-se, em especial, a necessidade de manutenção do funcionamento eficiente dos sistemas de informação, os quais dependem diretamente da estabilidade e desempenho dos softwares gerenciadores de banco de dados (SGBD). Constam, ainda, os **benefícios diretos e indiretos para este Tribunal** e a indicação do **alinhamento** da despesa com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI para 2021-2026, Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal

da Primeira Região – PDTI-TRF1 2024/2026 e o Plano de Contratação de Soluções de TI – PCSTI 2026.

b) quanto à **modalidade de licitação**, foi proposta no **subitem 3.1.1 a adoção do pregão eletrônico, sob a justificativa de ser o objeto em questão comum, visto se tratar de contratação de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado**. Verifica-se que tal opção se amolda ao que preconiza o art. 28 da Lei 14.133/2021.

c) optou-se pelo critério de **adjudicação por item**, consoante indicado no **subitem 3.3.1**. Sabe-se, quanto a esse aspecto, que o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU consolidou-se no sentido de que, nos casos de licitações em que o objeto da contratação seja divisível, a regra é a adjudicação por itens, ressalvando-se as hipóteses em que haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda da economia de escala, como aponta a Súmula 247 – TCU, *in verbis*:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Destacou-se)

Portanto, verifica-se que o critério está em consonância com a regra prevista pela legislação correlata.

d) no **subitem 3.4, trata-se da natureza da contratação, que se enquadra como contínua**, nos termos do inciso XV, art. 6º da Lei 14.133/2021, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite decenal, conforme disposto nos arts. 106 e 107 da mesma Lei. Conforme informado na motivação para a contratação, esta Corte *"adota o PostgreSQL como tecnologia base para seus sistemas estratégicos. Desde a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), esse SGBD tornou-se pilar fundamental para o funcionamento seguro e contínuo da aplicação. Em 2025, a infraestrutura de Banco de Dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) também foi migrada para PostgreSQL, reforçando ainda mais a centralidade dessa tecnologia para a operação da Justiça Federal da 1ª Região. Há, ainda, projetos em andamento para migração de outros sistemas utilizados pelo TRF1 para essa tecnologia de SGBD"*. Ou seja, a manutenção dos sistemas da Justiça Federal são, indubitavelmente, de natureza contínua por definição.

e) admitir-se-á, de acordo com o previsto nos **subitens 4.1 e 4.2, a participação de empresas reunidas em consórcio bem como a de cooperativas**, conforme disposições dos arts. 15 e 16 da Lei 14.133/2021.

f) há exigência de **qualificação técnica das licitantes**, tal como disposto no **subitem 7.4.1**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

A Licitante deverá apresentar ao menos um atestado de capacidade técnica, emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que prestou serviços de consultoria para a plataforma tecnológica de software livre utilizando Banco de Dados Postgres, em, pelo menos, 03 serviços dentre os constantes nas alíneas "d" a "j" do item 1.4 do

Anexo I deste termo. (Destacou-se).

A necessidade de tal comprovação foi devidamente justificada nos termos do **subitem 7.4.3**, que assim dispõe:

7.4.3. JUSTIFICATIVA: A exigência de qualificação técnica se justifica em razão da complexidade dos sistemas sustentados pelo banco de dados PostgreSQL no TRF1, como o PJe e o SEI. A prestação dos serviços requer conhecimentos especializados em tuning, replicação, alta disponibilidade, análise de logs e resolução de falhas em ambientes complexos e distribuídos. A comprovação de experiência anterior assegura que a empresa contratada disponha de capacidade técnica efetiva para atuar em situações críticas, prestar apoio em projetos estratégicos e garantir a continuidade e o desempenho dos sistemas. Trata-se de medida necessária à mitigação de riscos e à observância do princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021.

Vê-se, portanto, que a exigência está de acordo com os ditames da Lei 14.133/2021.

g) o item 22 e anexo III preveem **regras referentes à Proteção de Dados**, constando, ainda, o **Compromisso de Confidencialidade de Informações**. Registra-se que, dada a própria natureza do objeto da contratação, pode haver acesso a informações sigilosas, e tal possibilidade abre ensejo à necessária observância dos pertinentes dispositivos da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011 (e dos seus regulamentos, Decretos 7.724/2012 e 7.845/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo), e da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei 13.709/2018. As regras encontram-se expressa e detalhadamente expostas, suprimindo, assim, as exigências normativas sobre o tema.

Verifica-se que **a instrução e o Termo de Referência estão regulares**, estando presentes, além dos elementos destacados, os demais necessários à licitação, como obrigações do fornecedor, modelo de execução do contrato e outros, em consonância com a legislação de regência.

Quanto aos **termos da minuta de edital (24295039) e de contrato (24434561)**, não há reparos a sugerir.

III

Ante o exposto, não se vislumbra óbice à aprovação das minutas examinadas, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei 14.133/2021.

Gizélia Barros Neta Inajosa

Diretor(a) de Núcleo - Nuali/Cojur

De acordo. À SecGA.

Lucas Martins de Sá Mandel

Diretor de Coordenadoria Jurídica - Cojur

Documento assinado eletronicamente por **Gizelia Barros Neta Inajosa**,



Diretor(a) de Núcleo, em 30/01/2026, às 10:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Martins de Sá Mandel**, **Diretor(a) de Coordenadoria**, em 30/01/2026, às 10:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24449586** e o código CRC **0A7FA2B3**.

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br
0010326-70.2024.4.01.8000 24449586v9